

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - UPA Uvaranas (UPA Porte II)

CNPJ 23.453.830/0031-95

Demonstrações Financeiras para o Período de 22 de Maio a 31 de Dezembro de 2025 (Em reais)

Balancos Patrimoniais				Balancos Patrimoniais				Demonstrações de Resultados				Demonstrações dos Fluxos de Caixas			
Ativo/Circulante		Notas	2025	Passivo e Patrimônio Social/Circulante		Notas	2025	Período de 22/05 a 31/12/2025		Período de 22/05 a 31/12/2025		Atividades Operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.075.768		Fornecedores	8	826.142		Receitas Operacionais				Superávit do Exercício	356.794		
Contas a receber	5	—		Obrigações trabalhistas	9	839.516		Serviços prestados pacientes SUS	11.036.125			Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Estoques	6	259.086		Obrigações sociais	10	158.401		Serviços prestados convênios e particulares	—			Depreciação/amortização	387		
Outros créditos		7.583		Obrigações fiscais		51.700		(-) Glosas	—			Provisões para contingências	—		
Despesas antecipadas		—		Outras contas a pagar	11	73.718		Receita Líquida	11.036.125			Superávit do Exercício (Aumento/Redução do Ativo)	357.181		
Depósitos judiciais		—		Partes relacionadas	12	54.246		Custos				Contas a receber	—		
Contratos de gestão	3m	18.919.071		Contratos de gestão	3m	18.919.071		Serviços de terceiros	(5.192.354)			Estoques	(259.086)		
Total do Ativo Circulante		21.261.508		Total do Passivo Circulante		20.922.794		Pessoal e encargos	(3.357.699)			Outros créditos	(7.583)		
Não Circulante				Não Circulante				Despesas gerais e administrativas	13	(500.426)		Despesas antecipadas	—		
Contratos de gestão	3m	26.802.018		Partes relacionadas	12	339		Superávit Líquido	1.628.718			Aumento/(Redução) do Passivo			
Imobilizado - Próprio	7	18.419		Contratos de gestão	3m	26.802.018		Despesas				Fornecedores	826.142		
Total do Ativo não Circulante		26.820.437		Total do Passivo não Circulante		26.802.357		Impostos, taxas e contribuições	(5.075)			Obrigações trabalhistas	839.516		
Total do Ativo		48.081.945		Total do Patrimônio Social		356.794		Depreciação/amortização	(388)			Obrigações sociais	158.401		
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Total do Passivo e Patrimônio Social		48.081.945		Despesas gerais e administrativas	13	(500.426)		Obrigações fiscais	51.700		
								Superávit antes do Resultado Financeiro	283.404			Outras contas a pagar	73.718		
								Financeira Líquidas				Fluxo de Caixa Gerado/(Consumido) pela Atividade Operacional	2.039.989		
								Despesas financeiras	(4.169)			Atividades de Investimento			
								Receitas financeiras	78.086			Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(18.806)		
								Superávit antes de Outras Despesas e Receitas	357.321			Baixa de ativo imobilizado e intangível	—		
								Outras Despesas e Receitas				Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade de Investimento	(18.806)		
								Doações e subvenções	90			Atividades de Financiamento			
								Outras receitas e despesas	(617)			Partes relacionadas	54.585		
								Superávit do Período	356.794			Fluxo de Caixa Gerado/(Consumido) pela Atividade de Investimento	54.585		
												Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.075.768		
												No início do exercício	—		
												No fim do exercício	2.075.768		
												Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	2.075.768		

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: a. **Objetivos Sociais:** A Unidade de Pronto Atendimento - UPA Uvaranas, conforme assinado o Contrato de Gestão sob número 001/2025 com o Parceiro Público sendo, a Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa (PR), funciona 24h por dia, voltados para atendimentos de Urgência e Emergência clínicos, e atendimento multidisciplinar para prestar um atendimento com qualidade e eficácia aos usuários, com base no protocolo de Manchester (adaptado), que classifica o grau do risco e determina o nível de urgência para direcionamento do atendimento ao paciente. Na unidade, também são disponibilizados para o atendimento ao paciente se necessário: exames laboratoriais, raio-x, administração de medicação, inalação, eletrocardiograma, farmácia externa para retirada de medicamentos conforme a REMUNE do Município e sutura. A UPA está situada a Av. General Carlos Cavalcanti, 4274 - Uvaranas, CEP: 84.030-000 - Ponta Grossa (PR). b. **Contrato de Gestão:** A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 22 de maio de 2025, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 001/2025, vigente até 21/05/2028. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** a. **Declaração de Conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. **Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 26 de Março de 2026. c. **Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. **Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. **Imobilizado:** i. **Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. **Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. **Depreciação:** A depreciação

é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. **Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e. **Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. **Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. g. **Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. **Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. **Aprovação do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. **Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. **Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j. **Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito desse procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. k. **Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. l. **Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m. **Contratos de Gestão:** A Administração do Instituto adota dois conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. **Caixa e Equivalentes de Caixa**

	2025
Caixa em espécie	—
Banco conta movimento	—
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.075.768
Total	2.075.768

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. 5. **Contas a**

6. **Estoques**

	2025
Drogas e medicamentos	118.775
Materiais de uso do paciente	123.218
Limpeza e higienização	3.156
Materiais de expediente e impressos	6.322
Dietas enterais e parenterais	201
Gêneros alimentícios	—
Materiais de laboratório	—
Demais materiais	7.414
Total	259.086

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. **Imobilizado**

	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Total
Em 31 de dezembro de 2025			
Saldo inicial	—	—	—
Aquisições	18.532	274	18.806
Transferências	—	—	—
Baixas	—	—	—
Depreciação	(385)	(2)	(387)
Saldo contábil líquido	18.147	272	18.419

Materiais e medicamentos

	2025
Serviços	56.057
Serviços médicos	136.683
Diversos	470.020
Total	163.382

9. **Obrigações Trabalhistas**

	2025
Ordenados e salários a pagar	458.465
Provisão férias	352.645
Provisões FGTS s/férias	28.211
Outras provisões	195
Total	839.516

10. **Obrigações Sociais**

	2025
INSS a recolher	47.012
FGTS a recolher	45.695
Empréstimos FGTS	30.198
IRRF s/folha a recolher	33.384
Contr. sindical	2.112
Total	158.401

11. **Outras Contas a Pagar**

	2025
Seguros a pagar	—
Verba piso salarial da enfermagem (i)	73.718
Total	73.718

(i) No ano de 2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

12. **Partes Relacionadas**

	2025
Passivo	—
Sede Administrativa	54.246
Total Circulante	54.246
Upa Santa Paula 24H (Upa Porte II)	—
Total Não Circulante	—
O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R\$ 54.246, corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa,	

13. **Despesas Gerais e Administrativas**

	2025
Serviços de gestão	(355.437)
Energia elétrica	(94.411)
Viagens e hospedagem	—
Material de escritório	—
Água e esgoto	—
Manutenção e conservação	(16.820)
Outros	(33.758)
Total	(500.426)

14. **Renúncia Fiscal**

A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade de prestação de serviços, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

15. **Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

16. **Gestão de Riscos:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. i. **Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. ii. **Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. 17. **Eventos Subsequentes:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 001/2025 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 21 de maio de 2028. Ponta Grossa - PR, 26 de Março de 2026.

18. **Aplicações financeiras de liquidez imediata**

	2025
Contas a receber	—
Total ativos financeiros	2.075.768
Fornecedores	826.142
Total passivos financeiros	826.142

19. **Ediane Pacheco Lemos** - Contadora - CRC SP-324161/O

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte II - Uvaranas - Ponta Grossa - PR. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte II - Uvaranas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados

abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o período findo naquela data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento

Social e Humano - INDSH/Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte II - Uvaranas, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 22 de maio a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** O sistema de controle e gestão de estoques utilizado pela UPA é vinculado e gerido pela Fundação Municipal de Saúde do Município de Ponta Grossa - PR e, consequentemente,

não pudemos realizar outros procedimentos de auditoria sobre os consumos e utilização de materiais e medicamentos no decurso das atividades da UPA, que fossem suficientes para concluirmos sobre a efetividade dos controles internos e sobre movimentações de estoque realizadas no sistema. Nestas circunstâncias, não pudemos concluir sobre: a. a adequação dos controles internos e acessos sistêmicos para movimentação e reconhecimento dos custos de materiais e medicamentos **continua** →

-★ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - UPA Uvaranas (UPA Porte II)

consumidos no período e apresentados ao resultado do período no montante de R\$ 857.354, na rubrica de custos com materiais e medicamentos; e b. a adequação dos controles internos e acessos sistêmicos para conclusão sobre efetividade de apuração de quantidades e valorização dos estoques apresentados pelo montante de R\$ 259.086 em 31 de dezembro de 2025. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto: **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo o reembolso de despesas compartilhadas com sua Sede Administrativa. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c) e 6, chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, recebido do Ente Público, não foi reconhecido contabilmente, em virtude de não ter sido valorizado pelo poder concedente. A Administração considera que estes imobilizados serão integralmente revertidos ao poder concedente (Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa - PR), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade está em processo de avaliação de valorização dos itens recebidos e optou por não adotar as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração

das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC SP nº 2SP 14.712/O-2

São Paulo, 26 de março de 2026

Heitor Piovani
Contador CRC 1SP 331.721/O-6

41514/2026

- Legalidade
- Impessoalidade
- Moralidade
- Publicidade
- Eficiência

www.imprensaoficial.pr.gov.br



Com foco na transparência e contribuindo com os pilares da gestão pública, o **DIÁRIO OFICIAL** há mais de um século promove informação de qualidade ao cidadão.